

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

PARECER

Da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, referente ao Projeto de Lei nº 04/2013 que, “Autoriza a abertura de crédito adicional especial na importância de R\$ 480.000,00”.

É o parecer.

A Mensagem que encaminhou o Projeto em análise menciona que os créditos adicionais pretendidos visam atender às despesas com o pagamento de Obrigações Patronais dos CEMEI's. Segundo a justificativa apresentada, a presente proposta visa adequar as novas regras de integração entre sistemas de Recursos Humanos e Contabilidade de acordo com o SIM-AM 2013 (Sistema de Informação Municipal – Acompanhamento Mensal).

Inicialmente, a título de esclarecimento, destaca-se que crédito especial, conforme o art. 41, III da Lei 4.320/64, é aquele destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Com relação ao tema, o art. 166, § 3º da Constituição Federal propõe:

...

“ § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

Four handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom of the page. The first signature on the left is large and stylized, followed by three smaller, more compact signatures.

indicação de recursos disponíveis. Estes, conforme o art. 43, inciso III da Lei nº 4.320/64, podem ser resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei. Com base no exposto, pode-se verificar que os recursos indicados no Projeto para a abertura do crédito especial, desde que não comprometidos, encontram-se dentre os previstos na Lei 4.320/64.

O crédito adicional pretendido tem por objetivo criar a dotação de Obrigações Patronais na Atividade de Manutenção dos CEMEI's – Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação. Para fazer frente à referida inclusão está sendo cancelado o recurso existente na dotação de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil na Atividade de Manutenção dos CEMEI's – Educação Infantil também na Secretaria Municipal de Educação.

Portanto, salienta-se que o objetivo do Projeto em análise é de que a dotação cancelada correspondente a despesas de "Pessoal e Encargos Sociais" seja fonte para abertura de créditos adicionais no mesmo grupo de despesa. Sendo assim, resta claro que não incide a vedação prevista no art. 166, parágrafo 3º, inciso II, alínea a da Constituição Federal.

Ante o exposto, salvo melhor entendimento, não se vislumbram vícios que impeçam o prosseguimento do referido Projeto.

Telêmaco Borba, 14 de março de 2013.



Marcos William de Oliveira

Relator

De acordo com o parecer do Relator:



Mário Cesar Marcondes

Presidente



Hamilton Aparecido Machado

Vogal